

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº

DE 2015

(do Senhor Rogério Marinho)

Requer seja realizada Reunião de Audiência Pública com a presença dos Senhores: Luiz Claudio Costa – Secretário Executivo do MEC, Marcelo Machado Feres – Secretário de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, Antonio Idilvan de Lima Alencar – Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Hugo Marcus Silva Teixeirense – Coordenador-Geral de Licitações Compras e Contratos – CGLC para discussão acerca da denúncia de fraudes em pregões do Ministério da Educação – MEC.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex.^a, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, que, ouvido o Plenário, se digne a adotar as providências necessárias à realização de Reunião de Audiência Pública para discussão acerca da denúncia de fraudes em pregões do Ministério da Educação – MEC:

Para tanto, convidamos para o debate os Senhores:

1. Luiz Claudio Costa – Secretário Executivo do MEC;
2. Marcelo Machado Feres – Secretário de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC
3. Antonio Idilvan de Lima Alencar – Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);
4. Hugo Marcus Silva Teixeirense – Coordenador-Geral de Licitações Compras e Contratos – CGLC

JUSTIFICAÇÃO

Neste momento de cortes no orçamento da educação e necessidade de qualificar os gastos públicos no País, convivendo com atrasos em programas na educação básica como Programa Dinheiro Direto na Escola e Livro Didático, surpreendeu a denúncia apresentada no Fantástico, no dia 15 de novembro, à toda a sociedade brasileira:

“Fraudes na Educação

Escolas técnicas recebem máquinas superfaturadas e inúteis

Iniciativa do MEC de ensino profissionalizante é suspeita de esquema de fraudes em pregões

15/11/2015 - 23h26min

Uma geladeira, que nas lojas custa R\$ 1,4 mil, mas pela qual foi desembolsado quase R\$ 6 mil. Uma afiadora de ferramenta, de R\$ 4 mil por R\$ 72 mil. Uma caldeira de R\$ 30 mil, que ninguém pediu, chega de surpresa em uma escola. Esses são exemplos de descontrole num programa bilionário de incentivo ao ensino profissionalizante e, também, de um esquema de fraudes nos pregões eletrônicos do governo federal. O caso foi mostrado neste domingo pelo programa Fantástico, da Rede Globo, em reportagem de Giovani Grizotti, da RBS TV.

O superfaturamento ocorre em compras do programa Brasil Profissionalizado, criado pelo Ministério da Educação em 2007 para estimular o ensino técnico no Brasil. O objetivo era construir escolas, equipá-las, garantir aulas práticas e preparar os jovens para o mercado de trabalho.

Um dos casos atinge a Escola Técnica Parobé, em Porto Alegre, a maior do Rio Grande do Sul. O curso de mecânica é pródigo em máquinas velhas, algumas com mais de 60 anos de idade.

O problema é que o Ministério da Educação (MEC) enviou ao colégio uma caldeira de vapor novinha, comprada por R\$ 30.880, mas inútil.

– Não temos o curso de caldeireiro aqui. Com o dinheiro, poderíamos equipar as aulas de soldagem – reclama Fernando Alves da Silva, professor de mecânica.

Uma furadeira industrial, comprada por R\$ 40 mil, chegou sem as brocas. O mesmo colégio recebeu uma afiadora de ferramentas, avaliada em R\$ 4 mil, que custou ao governo R\$ 72 mil. E carrinhos de mão avaliados em R\$ 70 comprados por até R\$ 700.

Na Escola Técnica 25 de Julho, em Ijuí, na região das Missões, uma afiadora de ferramentas, por exemplo, custou 1.100% a mais aos cofres públicos do que o preço de mercado – em vez de R\$ 6 mil, foram R\$ 72 mil.

– (Desse valor) na época a gente podia ter comprado, no mínimo, três tornos convencionais – avalia José Alfredo Vagner, coordenador do curso de mecânica da escola.

Procurador investiga compras do governo

Há máquinas que a escola não sabe para que servem, que não foram pedidas e vieram sem manual de instrução. As compras feitas pelo governo federal são investigadas por Osmar Veronese, procurador da República em Santo Ângelo:

– Vai além da ideia da má gestão. Eu acho que aqui nós temos indicativos de corrupção, sim.

Em Campo Erê, em Santa Catarina, o problema foi outro. O manual de instruções de uma máquina complexa chegou, mas está escrito em mandarim. Em Estrela, uma escola recebeu computadores ultrapassados, que não conseguem abrir os programas usados pelos alunos.

Nesses equipamentos, distribuídos para 18 Estados, o governo gastou mais de R\$ 450 milhões.

O resultado, mostrou a reportagem, é a formação de profissionais despreparados. Para evitar isso, professores e alunos usam da criatividade para recauchutar equipamentos. Eles utilizam muitas peças de lixo eletrônico que recebem, mais componentes doados, e fazem adaptações.

O secretário-executivo do Ministério da Educação, Luiz Cláudio Costa, prometeu agir com rigor.

– Recurso público, principalmente em educação, tem de ser aplicado com toda a transparência. Vamos abrir uma sindicância para apurar todos os fatos apontados – afirmou Costa.

Combinação de lances

Escutas feitas com autorização judicial mostraram representantes de empresas combinando dividir licitações em Caxias do Sul. Eles falam em "dividir a cidade no meio, metade tu, metade eu". Dois empresários combinam os lances no pregão:

Empresário 1: "Tá. Vou bem alto. Pode ser?"

Empresário 2: "Tá. Pode ser. Acima de vinte".Empresário 1: "Tá. Vou a trinta".Empresário 2: "Então tá".

A avaliação

Segundo o promotor de Justiça Flávio Duarte, "eles loteavam os órgãos públicos, determinando previamente qual seria o vencedor da licitação em cada órgão, estadual ou municipal. E entendiam como se eles fossem mesmo os proprietários desses órgãos".

Como funciona

O pregão eletrônico estipulado pelo governo federal para compras de equipamentos é uma espécie de leilão ao contrário, em que os concorrentes dão lances pela internet.

Tudo é feito pelo computador. Quem oferece um bem ou serviço pelo menor preço, vence a disputa."

Portanto, essa audiência pública visa discutir com os parlamentares membros desta Comissão de Educação, Ministério da Educação a preocupação com gastos públicos em educação no País.

Sala das Comissões, em de novembro de 2015.

Deputado Rogério Marinho